



**VI Reunião Anual
da Rede de Mulheres Parlamentares das Américas**

MULHER E ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

**Relatório de acompanhamento feito pela senhora France Hamel
Deputada da Assembléia Nacional de Québec**

**Quito, Equador
30 de maio de 2006**

MULHER E ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DAS AMÉRICAS (ALCA)

1. Introdução

Desde 2003, a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas comprometeu-se em acompanhar de perto as negociações da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) com o propósito de avaliar os potenciais impactos, positivos e negativos, deste tratado de livre comércio exercidos na mulher do continente. Um primeiro relatório, apresentado em nossa V Reunião Anual, realizada em Foz do Iguaçu, Brasil, em maio de 2005, continha os posicionamentos assumidos pelos Estados das Américas que se pronunciaram em relação ao ALCA e seu impacto exercido na mulher.

Este relatório de acompanhamento tem por objetivo apresentar os desenvolvimentos ocorridos no último ano com as negociações do ALCA e os posicionamentos assumidos pelos Estados das Américas, além de divulgar as recentes iniciativas em favor do fortalecimento das capacidades da mulher em relação ao comércio.

2. Balanço sobre o processo das negociações da ALCA

2.1 *IV Cúpula das Américas*

Até a IV Cúpula das Américas, realizada em Mar del Plata, Argentina, 4 e 5 de novembro de 2005, o processo de negociações deste acordo estava praticamente em ponto morto. A Conferência Ministerial de Miami, em novembro de 2003, revelou importantes divergências entre os parceiros deste projeto. Foi aí, então, que surgiu a idéia de criar um ALCA “sob medida” em que seria considerado negociar um conjunto de regras continentais flexíveis e possibilitar que os Estados Partes negociem acordos bilaterais e plurilaterais segundo as respectivas conveniências.

Temas como o combate à pobreza, a criação de empregos e o fortalecimento da governabilidade democrática deveriam ter sido discutidos na Cúpula das Américas de Mar del Plata, em novembro de 2005; no entanto, o assunto predominante foi o relançamento das negociações do ALCA.

Naquela ocasião, foram expressos dois posicionamentos em relação ao relançamento do processo de negociações do ALCA, a saber:

- dos 34 países representados, 29 manifestaram-se a favor da retomada das negociações no decorrer de 2006;
- ao passo que 5 países revelaram discordância. Os 4 países do Mercosul (Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) consideram que os elementos para o alcance da implantação de um livre comércio equitativo não constam na atual proposta. Estes países desejam principalmente aguardar o resultado das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), que sairão no próximo mês, antes de se pronunciar sobre o relançamento do projeto do ALCA.

A Venezuela, novo membro permanente do Mercosul desde dezembro de 2005, é o 5º país refratário ao ALCA que deseja substituir o projeto do ALCA pela ALBA (Alternativa Bolivariana para a América)¹, um projeto conjunto de Cuba e da Venezuela lançado em 2001.

- A Declaração final expressa claramente estes dois pontos de vista, ficando então acordado analisar estes dois posicionamentos baseados nos resultados da Conferência Ministerial da OMC de dezembro de 2005.

Constata-se que as circunstâncias favoráveis, existentes na primeira Cúpula das Américas de 1994, e inclusive na Cúpula de Quebec em 2001 em relação ao ALCA “do Alasca à Terra do Fogo”, não estão mais presentes. De modo geral, o entusiasmo pelo processo das Cúpulas está perdendo fôlego. O ALCA é criticado, por exemplo, por ser antidemocrático, não-transparente e distante das preocupações dos povos.

2.2 Desenvolvimentos ocorridos desde novembro de 2005

Alguns avanços foram concretizados durante a VI Conferência Ministerial da OMC, realizada em Hong Kong em dezembro de 2005, principalmente a abolição dos subsídios à exportação no setor agrícola planejada para 2013. Este progresso é significativo, pois esta solicitação havia sido feita várias vezes por diversos países em desenvolvimento e, principalmente junto aos dois principais provedores de subsídios para exportação do setor agrícola, ou seja, os Estados Unidos e a União Européia. Este acordo representa, então, um primeiro passo no rumo certo para que a agricultura de subsistência, freqüentemente executada pela mulher e que torna possível uma alimentação adequada a muitas comunidades, não pague o preço de uma importante liberalização do comércio.

No entanto, o acordo estabelecido em Hong Kong é limitado e a negociação de várias problemáticas consideradas bastante cruciais foi protelada, ou seja, a diminuição das tarifas e dos subsídios internos ao setor agrícola e a liberalização dos serviços. Este relançamento deu, todavia, um ligeiro ímpeto de esperança nas negociações para a conclusão do Ciclo de Doha em 2006, conforme inicialmente planejado. Para que o calendário seja respeitado, as grandes linhas de um acordo deveriam ter sido aprovadas até 30 de abril de 2006, mas isto não ocorreu.

O posicionamento dos países das Américas em relação às negociações da OMC e as conclusões do Ciclo de Doha serão determinantes para a retomada das negociações do ALCA, assim como os resultados das iminentes eleições em vários países das Américas em 2006.

¹ Alternativa Bolivariana para a América (ALBA) é uma organização política, social e econômica que promove a cooperação em diversas áreas entre os países da América Latina.

3. Balanço sobre o posicionamento dos parlamentos e dos governos em relação ao ALCA

Os posicionamentos dos Estados das Américas em relação ao ALCA evoluíram pouquíssimo desde novembro passado. Com relação à Declaração Final, em que foi revelado que 29 Estados desejavam que as negociações fossem retomadas, nenhum andamento concreto foi dado até agora.

As tomadas de posições a seguir foram expressas principalmente devido às recentes eleições:

- a nova presidente do **Chile**, Sra. Michelle Bachelet, ao assumir o cargo, reiterou o apoio de seu país no prosseguimento das negociações do ALCA;
- em abril de 2006, a **Bolívia** passou a fazer parte da ALCA e assinou, conjuntamente com a **Venezuela** e **Cuba**, o Tratado Comercial dos Povos, que pleiteia ser uma alternativa para o livre comércio tradicional;
- recentemente, a comunidade indígena da mulher venezuelana preparou-se para se opor ao ALCA, já que o considera prejudicial para as minorias.

Caso o projeto de uma área de livre comércio continental voe pelos ares, vários Estados das Américas já iniciaram, deram prosseguimento ou concluíram negociações comerciais regionais, sub-regionais e bilaterais no decorrer do ano passado. Seguem alguns exemplos:

- Os **Estados Unidos** deu andamento às suas negociações em vários aspectos, por exemplo, no processo de ratificação em andamento para a implantação de um acordo de livre comércio com os países da **América Central** e a **República Dominicana**, na conclusão de um acordo com o **Peru** e um outro com a **Colômbia** e, na continuidade das negociações com o **Equador**;
- O **México** e o **Chile** assinaram um acordo de associação estratégica, visando incentivar a integração latino-americana, não somente comercialmente, mas também com uma perspectiva política, social e cultural;
- O **Chile** e o **Panamá** acordaram iniciar negociações para o estabelecimento de um acordo de livre comércio, assim como o **Uruguai** e a **Colômbia** também;
- Seis Estados do Caribe, ou seja, **Barbados**, **Beliza**, **Guiana**, **Jamaica**, **Suriname** e **Trinidad e Tobago**, estabeleceram um acordo de implantação de um mercado comum.

4. Recentes iniciativas para fortalecer as capacidades da mulher em relação ao comércio

As constatações anteriores sobre o atual estado das negociações do ALCA semearam dúvidas em relação à concretização deste projeto em um futuro próximo. Entretanto, a dilatação da liberalização do comércio, ocorrida em todas as regiões do mundo através do estabelecimento de acordos bilaterais, regionais e plurilaterais, instigam-nos a continuar com nossa reflexão e ampliar nosso estudo sobre os impactos desta liberalização exercidos na mulher.

Para tanto, os mecanismos de controle de implantação dos tratados vinculados aos direitos humanos podem se revelar instrumentos de grande valia para a avaliação dos impactos das políticas e dos acordos comerciais exercidos na mulher. Por exemplo, no marco da Convenção sobre a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher (CEDAW) da

Organização das Nações Unidas, os Estados têm a obrigação de submeter periodicamente um relatório sobre o estado de implantação desta convenção. Deste modo, baseado nestes relatórios é possível avaliar se a não-discriminação é retratada também nas políticas e negociações comerciais de um determinado Estado.

A elaboração e a implantação de iniciativas com enfoque no gênero em termos comerciais desenvolveram-se progressivamente nos últimos anos. Seguem alguns exemplos:

- A Organização Internacional do Trabalho (OIT) implanta políticas de integração com enfoque no gênero para fortalecer os direitos dos trabalhadores e também para implantar iniciativas de apoio às mulheres líderes empresariais;
- Organizações provedoras de fundos, como a Agência Canadense para o Desenvolvimento Internacional (ACD/CIDA), tomam iniciativas para o fortalecimento das capacidades relacionadas ao comércio, integrando-lhes o enfoque no gênero;
- Organizações, como a *International Gender and Trade Network* e a *Women in Development Europe*, desenvolveram instrumentos de análise de impactos, por exemplo, a análise da cadeia de valores representante do conjunto de indivíduos e de processos implicados na produção de um bem ou serviço, a fim de identificar as etapas em que há desigualdades baseadas no gênero. Uma vez concluída esta análise, é possível corrigir a situação, por exemplo, reduzindo a cadeia de intermediários para aumentar os benefícios daqueles que não obtenham sua justa parte nos lucros.

Um instrumento bastante interessante, desenvolvido pelo organismo *Women's Edge Coalition* com sede em Washington, D.C., é a Análise do Impacto do Comércio (*Trade Impact Review – TIR*). Este instrumento reúne as principais conclusões da literatura econômica, jurídica e da política comercial de um país sobre os prováveis e reais impactos dos acordos comerciais e investimentos exercidos na mulher. O *TIR*, considerado um instrumento de boa credibilidade, equilibrado e de simples utilização, possibilita que, em uma determinada economia, sejam identificadas as áreas em que os mais pobres são particularmente ativos, e determina as conseqüências de uma eventual modificação de política ou legislação.

Este instrumento pode servir para avaliar o impacto de um acordo já existente ou pode ser empregado antes mesmo da negociação de um acordo comercial, tornando assim possível identificar e evitar eventuais impactos negativos que poderiam exercer influência nas populações vulneráveis de um determinado país. Um estudo como este pode ser concluído em seis meses por aproximadamente US\$150.000,00.

O *TIR* foi aplicado principalmente para estudar o impacto do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA) na classe pobre do México e analisar os impactos de um eventual ALCA no homem e na mulher da Jamaica. Foi também empregado pela Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) em alguns projetos cujo objetivo era ampliar a participação da mulher no comércio internacional.

O *TIR* pode ser aplicado mais amplamente pelas pessoas envolvidas no processo decisório da política e pelas organizações de desenvolvimento, criando assim oportunidades benéficas para uma maior participação da mulher no comércio.

5. Conclusão e recomendações

A maioria das iniciativas implantadas por estas organizações concentra-se no fortalecimento das capacidades da mulher em relação ao comércio. Entretanto, não exercem necessariamente influência nas políticas comerciais tradicionais que, por sua vez, não definem seus impactos em termos de gênero. Para tanto, o *Briefings on Development and Gender (BRIDGE)*² fez algumas recomendações que poderiam ser adotadas pela Rede de Mulheres Parlamentares das Américas. Estas recomendações visam apoiar a mulher parlamentar do continente no exercício de suas funções legislativas, principalmente ao considerar a dimensão do gênero na elaboração, avaliação e implantação de políticas e tratados comerciais em nível local, regional, nacional e continental. Dentre as recomendações mais pertinentes, destacam-se:

- As parlamentares são incentivadas a avaliar a conformidade dos acordos comerciais propostos para ratificação com os compromissos assumidos pelos seus respectivos Estados no marco de convenções internacionais, principalmente aquelas que visam o respeito dos direitos da mulher e a promoção da igualdade de gêneros, assim como a coesão com Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio;
- As parlamentares estão convidadas para promover o emprego sistemático de instrumentos de análise de impactos na elaboração de políticas comerciais e na negociação de acordos comerciais a fim de identificar antecipadamente os distintos efeitos exercidos no homem e na mulher;
- Devido ao impacto das políticas comerciais exercido nos diversificados pólos da sociedade, sugere-se que haja um incentivo em relação à contribuição dos vários ministérios do governo para a elaboração de uma política ou de um acordo comercial, implicando o ministério responsável pela condição feminina, para assim aproveitar da experiência desenvolvida nesta área de competência, a fim de identificar e retificar os efeitos nocivos das políticas comerciais;
- Recomenda-se a promoção da participação da sociedade civil na definição das prioridades das políticas relacionadas ao comércio e ao emprego, particularmente a participação da mulher envolvida em diferentes setores da atividade comercial;
- As parlamentares podem exercer um importante papel na motivação dos governos para que estes atuem com transparência e disponibilizem as informações sobre a elaboração de políticas ou acordos comerciais, a fim de que todos os grupos da sociedade sintam-se concernidos e possam participar ativamente do processo;
- Para dar andamento ao estudo detalhado dos impactos das políticas comerciais exercidos na mulher e adotar eficientes instrumentos de análise, recomenda-se que sejam efetuadas, em todos os Estados, coletas de dados mais amplas com enfoque no gênero.

Os esforços de inserção da dimensão de gênero nas políticas comerciais em nível nacional devem repercutir nas negociações comerciais estabelecidas em nível internacional. Para tanto, o estabelecimento de alianças estratégicas em nível regional, continental e internacional revela-se essencial para que as reivindicações sexo-específicas sejam nelas atendidas. Deste modo, a Rede de Mulheres Parlamentares das Américas constitui um círculo privilegiado de conciliação para a mulher parlamentar do continente, a fim de que nossos respectivos esforços rumo a uma integração sistemática da dimensão de gênero em todas as etapas da liberalização do comércio se traduzam em resultados concretos em nível continental.

² N.d. t.: Grupo de Pesquisa e Informações sobre o Desenvolvimento e Gênero (BRIDGE) do Instituto de Desenvolvimento de Estudos da University of Sussex, Inglaterra.